

Pesquisadores apontam que o mundo precisará quadruplicar o esforço para reduzir emissões de gases

Uma década de ação política insuficiente para o combate às mudanças climáticas. Isso significa que os países precisarão empenhar quatro vezes mais esforços do que fizeram até o momento – ou três vezes mais rápido – para conseguir cumprir o Acordo de Paris, que visa conter o aquecimento global em até 2°C acima dos níveis pré-industriais, com ambição de limitá-lo a não mais que 1,5°C. Essa é a conclusão de artigo assinado pelo professor Roberto Schaeffer, da Coppe/UFRJ, e outros quatorze cientistas, publicado nesta quarta-feira, 4 de março, no site da revista Nature.

No artigo, os pesquisadores apontam que, para limitar o aquecimento global em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, os países deverão cortar acima de 7% ao ano suas emissões, ou em cerca de 3%, para limitar o aquecimento em 2°C.

Segundo os autores, em 2010 estimava-se em 30 anos o tempo necessário para cortar pela metade as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Hoje, para obter a mesma meta, é preciso reduzir o tempo de ação de 30 para até dez anos.

A janela de oportunidade para cortar as emissões globais de GEE pela metade também encurtou: “dez anos (em vez de 30) para conter o aquecimento em 1,5°C e 25 anos para contê-lo em 2°C. A diferença é tão grande que os governos, setor privado e comunidades deverão trabalhar com um cenário de crise, tornar suas demandas ambientais mais ambiciosas e focar em ações preventivas mais agressivas”, destacam os autores. No caso do Brasil, as emissões hoje esperadas para 2030 são ainda maiores do que aquelas que o país se comprometeu em 2015 para aquele ano no futuro.

As emissões anuais globais cresceram 14% entre 2008 e 2018. Isso significa que a redução terá que ser mais rápida, pois o aquecimento global de longo prazo se dá pelo carbono acumulado na atmosfera. A comunidade internacional agora concorda que o aquecimento deve ser contido em 1,5°C e não mais em 2°C, pois os riscos do aquecimento global são muito mais bem compreendidos atualmente.

“Se a comunidade internacional tivesse levado mais a sério os seus compromissos assumidos já desde Paris em 2015, o esforço hoje para manter o mundo hoje dentro de uma trajetória compatível com um mundo de 1,5°C seria muito menor, e provavelmente muito mais factível também”, ressalta Schaeffer, que é o sexto autor mais influente do Grupo de Mitigação (Grupo 3) do IPCC, segundo [estudo](#) publicado na *Review of Policy Research*.

As conclusões apresentadas no artigo se baseiam nas dez edições do *Emissions Gap Report* (Relatório que explora o descasamento entre emissões prometidas e cumpridas), produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Ao longo da última década, pesquisadores produziram relatórios revelando a diferença entre os compromissos assumidos pelos países para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e o que seria necessário fazer, coletivamente, para cumprir as metas globais.

Bons exemplos

Apesar do cenário nada animador, alguns países, estados e cidades têm dado lições de sustentabilidade. Segundo o artigo, 76 países e regiões e 14 estados e comunidades instituíram como meta zerar suas emissões líquidas de carbono (quando o balanço entre emissão e captura de carbono se torna nulo). Para encurtar o “gap”, os autores ressaltam que é fundamental ampliar a escala dessas histórias de sucesso, tornando-as exemplos para os demais.

Costa Rica, Shenzhen (China) e Copenhague mostram avanços no uso de energias renováveis e na eletrificação de transporte. A Califórnia e o Reino Unido fixaram metas ambiciosas para atingir a neutralidade nas emissões de carbono até 2045 e 2050, respectivamente. “Pela dimensão econômica dessas economias, trata-se de um forte sinal para o setor industrial. Mas ainda não é algo implementado, está no campo das intenções”, avalia Schaeffer. “Alguns estados, regiões e mesmo empresas estão tomando iniciativas próprias, indo além da inércia dos governos nacionais. Isso gera um bom sinal para descarbonização progressiva da economia”, complementa o professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe.